



AS NARRATIVAS NEGACIONISTAS E A RETÓRICA DO ÓDIO NA CONTEMPORANEIDADE.

Autor (a): Gabriela Cruz Abreu¹

Orientador (a): Profa. Dra. Sônia Maria de Meneses Silva²

Resumo: Este trabalho torna-se relevante em virtude de pontuar e compreender o conceito de negacionismo e retórica do ódio, bem como a presença marcante desses discursos na esfera pública contemporânea. É de suma importância refletir sobre os efeitos que essas narrativas causam na sociedade, entre eles, o crescimento do analfabetismo histórico, político e ideológico. Assim como, pensar no advento das mídias digitais como o grande palco para a exposição e disseminação desses negacionismos que, no tempo presente, possuem um número alarmante de adeptos, colocando em disputa a ciência e a historiografia sobre diversos temas, como a Ditadura Militar, as vacinas e a escravidão indígena e africana.

Palavras-chave: Negacionismo. Conservadorismo. Retórica.

É evidente o crescimento avassalador dos discursos negacionistas e conservadores no Brasil nos últimos anos, especialmente, com o advento e a força mobilizadora de massas das redes sociais, que se tornou um grande palco para a presença e disseminação desse tipo de narrativa. Sendo assim,

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em História na Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: gabriela.abreu@urca.br

² Professora do departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Email: sonia.meneses@urca.br

este trabalho busca refletir acerca das origens desse pensamento negacionista sobre diversos temas, como a Ditadura Militar brasileira, a escravidão e a ciência, além de refletir sobre os grupos da sociedade que aderem e propagam esses discursos, nos mais diversos espaços, entre eles, a internet.

Primeiramente, é de extrema relevância pensarmos sobre o conceito de negacionismo, que surgiu em meados de 1970/1980 e se popularizou na França através do historiador Henry Rousso, dedicado a estudar a história do tempo presente. Inicialmente, o termo foi utilizado para se referir àqueles grupos que negavam a existência do Holocausto durante o Regime Nazista na Alemanha e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e invalidavam a morte e o sofrimento de milhões de judeus nesse período (VALIM, AVELAR E BEVERNAGE, 2021).

Entretanto, na contemporaneidade, pensar na concepção de negacionismo abrange uma série de outras questões além de negar o Holocausto e defender a ideia da inexistência das câmaras de gás, do Zyklon-B³ ou mesmo do programa de eliminação de “indesejáveis” ao nazismo. Mas sim, invalidar uma gama de pesquisas historiográficas sobre a escravidão indígena e africana, a Ditadura Militar de 1964 no Brasil e até mesmo a negação da ciência, com os movimentos de rejeição das vacinas contra a Covid-19 (mesmo com os milhões de mortos devido ao novo coronavírus) e a teoria terraplanista, ambos muito popularizados na sociedade nos últimos anos.

Conforme o historiador Odilon Caldeira Neto (2009), o negacionismo no Brasil passou a ser conhecido pelas massas populares no fim dos anos 1970. Alguns jornais brasileiros e de grande alcance, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* colocaram em pauta debates acerca do livro “*Hitler’s War*” de autoria do escritor inglês David Irving, o qual defendia que Hitler era inocente em relação ao Holocausto, pois não teria ordenado o massacre aos judeus durante o Terceiro Reich, enunciando assim, ideias proto-negacionistas na sociedade brasileira da época.

Ainda segundo Caldeira Neto, esse episódio é a primeira aparição do negacionismo no Brasil, fato esse que chamou a atenção de um grande público.

³ Zyklon-B era a marca registrada de um pesticida a base de ácido cianídrico e nitrogênio. O produto é conhecido por seu uso pela Alemanha nazista durante o Holocausto para assassinar aproximadamente 1,1 milhão de pessoas em câmaras de gás instaladas em Auschwitz-Birkenau, Majdanek e outros campos de extermínio.

Contudo, o surgimento de teses negacionistas de autores brasileiros data exatos dez anos após essa ocorrência, em meados de 1987, com o surgimento do mais famoso livro negacionista brasileiro, intitulado “Holocausto: Judeu ou Alemão?”, do industrial brasileiro, escritor e livreiro Siegfried Ellwanger, fundador da Revisão Editora LTDA.

Ademais, é pertinente debater também a respeito da definição de retórica do ódio, que segundo João Cézar de Castro Rocha em seu livro “Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político” (2021) é uma técnica discursiva propagada por Olavo de Carvalho e que serve de base para a chamada guerra cultural bolsonarista. Ou seja, a disseminação dessas narrativas negacionistas, *fake news* e discursos conservadores gerou no país uma guerra cultural que deu extremo suporte ao bolsonarismo para vencer as eleições em 2018 e propagar no país ideias pautadas em notícias falsas e de ordem conservadora, o que criou uma retórica do ódio semeada entre alguns grupos da sociedade civil.

Em suma, a retórica do ódio é uma linguagem pautada no negacionismo, no autoritarismo e em discursos violentos que foi semeada por essa corrente de extrema direita no cenário nacional. Segundo o autor, a retórica, diferentemente do discurso, não possui um caráter vago, ela implica a invenção, a disposição dos temas inventados, a utilização de ornatos, a memória e a elocução. Sendo a retórica uma técnica discursiva, ela pode ser ensinada e, portanto, aprendida também. E com a propagação da mesma, se tem no país um cenário de guerra cultural que se tornou uma poderosa máquina eleitoral, cuja finalidade é gerar narrativas polarizadoras, por meio de notícias falsas e teorias conspiratórias.

Por essa perspectiva, percebe-se como a presença de um governo autoritário e extremista no país legitima esse tipo de discurso negacionista e até mesmo neofascista na esfera pública. E é notório o crescimento avassalador desse conteúdo inverídico a partir de 2016, com o golpe da Dilma Rousseff, quando surge na sociedade brasileira uma corrente ligada a grupos direitistas/extremistas de ataque aos trabalhadores, aos professores, à ciência e à democracia. Isso se reflete na formação social de maneiras e em espaços distintos, por exemplo, com o número crescente de adeptos ao movimento terraplanista, que invalida séculos de estudos e pesquisas científicas, observa-

se também a quantidade de pessoas que negam a escravidão africana no Brasil e isso, por conseguinte, gera um aumento nos discursos e atos racistas no país.

Assim posto, é evidente a presença avassaladora de narrativas que negam o Regime Ditatorial de 1964 no Brasil. Fato esse, que coloca em disputa grande parte da historiografia sobre esse período e, à medida que essas narrativas são disseminadas, isso gera na população graves problemas de analfabetismo histórico, ideológico e político. Já que, é de extrema pertinência que se tenha na sociedade brasileira, a construção de uma memória histórica hegemônica sobre esse passado sensível que durou 21 anos.

Afinal, esses grupos disseminadores da retórica do ódio se utilizam dos usos públicos e políticos do passado e se apropriam de assuntos historiográficos para dispersar mentiras por meio de um discurso autoritário e antidemocrático, difundido na maioria das vezes, nas redes sociais e nas plataformas digitais. A fim de aproveitar o momento de crise nacional para exercer um maior controle sobre as massas populacionais através da ideologia e usar isso para fins políticos e ideológicos. Por esse viés, é interessante pensar sobre os usos públicos e políticos da história e não apenas sua função científica, já que a história além de ser uma disciplina acadêmica é também uma construção sobre a experiência humana no tempo (NICOLAZZI, BAUER, 2016).

Pensando sobre essa rejeição crescente de parte do contingente populacional à ciência e às pesquisas historiográficas, observa-se uma crise epistemológica na contemporaneidade. Para entender o conceito de negacionismo e a presença marcante desse fenômeno nos dias atuais é preciso entender também, o motivo de parte da população aderir e acreditar nessas narrativas que são contrárias ao saber histórico e científico. Logo, o historiador Fábio Marineli (2020) alerta sobre o empirismo pessoal limitante, que faz com que as pessoas sobreponham suas crenças pessoais ao saber acadêmico, usando a experiência individual como critério de atribuição da verdade.

Assim sendo, as concepções negacionistas sobre a Ditadura são facilmente difundidas por inúmeros motivos. Entre eles, como já foi citado anteriormente, o Brasil tem, na contemporaneidade, um governo que legitima

essas narrativas, visto que a cada quatro pronunciamentos que Jair Bolsonaro fez no plenário da Câmara enquanto era deputado, um menciona a Ditadura Militar ou eventos relacionados, como o Golpe de 31 de março, a promulgação do AI-5, a Lei da Anistia e a Comissão da Verdade (ESTADÃO, 2019). Para mais, a internet e as mídias digitais no geral, se tornaram atualmente, um grande palco para a apresentação e divulgação dessa retórica do ódio promovida pelos grupos de extrema direita no país, com o apoio da elite burguesa e da grande mídia.

Nesse sentido, instaurou-se uma guerra cultural digital no país, especialmente, a partir de 2016, com a presença marcante de ideais conservadores, autoritários e neofascistas que defendem o porte de armas, o fim dos sindicatos e movimentos sociais entre outros. Com isso, passou a surgir uma avalanche de *fake news* nas redes sociais, repletas de discursos violentos e mentirosos, primordialmente contra a esquerda, a demarcação das terras indígenas, a negação da Ditadura e a invalidação do sofrimento de centenas de pessoas torturadas nesse período.

Outro ponto importante a ser pensado é o poder do discurso, da narrativa e da capacidade de uma política midiática estruturada para engajar e convencer um grande contingente de pessoas, mesmo com um discurso raso, negacionista e que eufemiza contextos históricos importantes. E como esses discursos ganham força e notoriedade quando dispersados na internet, uma evidência disso são os canais da plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube*, que possuem audiências exorbitantes e alguns deles como o “Brasil Paralelo”, “Lobo Conservador” e “Professor Terra Plana” possuem vídeos com conteúdo negacionista que contrariam a ciência e a historicidade dos fatos.

Portanto, o universo virtual se tornou, nos dias atuais, o novo espaço desses antagonismos, especialmente porque se constitui como um lugar poderoso de educação histórica que chega a deslegitimar a leitura de livros didáticos e a atuação dos professores. Por fim, isso só reitera a importância dos historiadores e professores de história ocuparem também esses espaços virtuais, promovendo a divulgação científica da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado. **ESTADÃO**, 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>> Acesso: 02 de jun. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história**. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009, pp. 1097-1123.

MARINELI, Fábio. **O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dez. 2020.

NICOLAZZI, Fernando F.; BAUER, Caroline S. **O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea**. Varia História, v. 32, n° 60, 2016.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 42, n° 87, 2021.